

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Silkim Participações S.A. (“Sociedade”), com sede na Avenida Dr. Renato Paes de Barros, 1.017 - 15º andar, foi constituída em 3 de setembro de 2003, tendo por objeto a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou cotista, no País ou no exterior (“holding”), e a prestação de serviços de assessoria financeira, contábil, fiscal e administrativa.

O objeto da Sociedade é o investimento em empresas. Entretanto, desde 2015, a Sociedade não possui investimento em outras empresas. Em 2018, parte substancial da receita da Sociedade deveu-se à: (i) locação de um imóvel, que estava locado para uma parte relacionada e 25% para um terceiro; e (ii) prestação de serviços de Gestão Empresarial.

A partir de 2019, a sociedade passou a atuar como Family Office, a fim de concentrar as operações voltadas à gestão empresarial e outras atribuições de acordo com os interesses conjuntos dos sócios. Com esta nova reestruturação ocorrida em 2019, somente 12% do andar está sendo utilizados pela Sociedade.

Em 2024 e 2023, a Sociedade apresenta prejuízo operacional e na ausência de novas operações, dependerá de recursos financeiros de terceiros ou de seus acionistas para a manutenção das operações nos próximos 12 meses.

Considerando a atuação da Sociedade segundo os interesses dos sócios, a cada exercício, a administração efetua um orçamento de gastos e receitas (serviços de consultoria e locação de área comum) para a consecução das atividades da administração durante o exercício e, à medida do necessário, os sócios efetuem os aportes.

As análises da administração concluem que os aportes de capital efetuados pelos acionistas serão suficientes para a manutenção da continuidade das operações nos próximos 12 meses. Considerando os aspectos anteriormente mencionados, a administração conclui ser apropriado apresentar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no contexto de continuidade operacional.

Desde janeiro de 2020, os mercados financeiros globais vêm experimentando uma volatilidade significativa resultante de uma pandemia global, decorrente da disseminação de um novo vírus conhecido como COVID-19. A continuidade dessa pandemia vem causando incerteza geral do mercado e interrupções na cadeia de abastecimento, tendo em vista as restrições de viagens locais e internacionais, o fechamento temporário de fronteiras, e a decretação de quarentenas pelos governos de diversos países. Os efeitos da COVID-19 têm, assim, afetado negativamente a economia global. Não obstante todo esse contexto mundial, a Sociedade não deve sofrer ajustes em suas contas anuais em decorrência desse evento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão em conformidade com a NBC TG 1001.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade que impactam certos ativos, passivos, receitas e despesas. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas utilizadas pela Administração da Sociedade na preparação das demonstrações financeiras referem-se à determinação de provisões para obrigações fiscais e provisão para riscos e depósitos judiciais, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.2.1 Julgamento crítico na aplicação das práticas contábeis da Sociedade

Conforme descrito na Nota 1, a administração da Sociedade elaborou suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade das suas operações e descreve o plano da administração da Sociedade para a consecução de suas atividades nos próximos exercícios. A administração da Sociedade conta com o suporte financeiro dos acionistas para a gestão das atividades de negócios as quais foram planejadas e aprovadas previamente pelos acionistas. A contribuição dos acionistas à medida em que ocorrer a execução do plano de negócios dos próximos doze meses da data da aprovação dessas demonstrações financeiras é considerado julgamento crítico pela administração da Sociedade.

3.3. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Sociedade é proprietária do 15º andar do Edifício localizado na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 1.017. Em 2024 e 2023, apenas 12% serão mantidos para o uso da sociedade.

A propriedade para investimento é contabilizada pelo custo histórico menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada.

O valor justo do imóvel utilizado como propriedade para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na Nota 6.

3.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O procedimento de revisão da vida útil é efetuado quando houver indicação de que a utilização de bens do ativo imobilizado indicar não refletir a vida útil remanescente. Em 31 de dezembro de 2024 não há indicações que a vida útil remanescente deve ser revisada.

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No encerramento de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

A Sociedade não identificou ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor recuperável.

3.6. Provisões para riscos

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.7. Receita

Mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de deduções. A receita da Sociedade, decorrente de renda de aluguéis de área comum recebidos e gestão empresarial, é reconhecida no período de competência dos exercícios.

3.8. Prejuízo por ação

A Sociedade apura o prejuízo por ação do exercício, ponderando a quantidade de ações em circulação durante o exercício. Para os exercícios apresentados, a Sociedade não possui nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, dessa forma, o prejuízo básico por ação é equivalente ao prejuízo por ação diluído.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e bancos	8	8
Aplicações financeiras (*)	<u>6.207</u>	<u>11.614</u>
	<u>6.215</u>	<u>11.622</u>

(*) Representam valores aplicados em certificados de depósitos bancários (CDBs) de curto prazo (Banco Itaú S.A.), com rendimentos equivalentes a variação de 106,70% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) (2023 – 106,70%), com alta liquidez e baixo risco na alteração do seu valor de realização.

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	138	158
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	27	27
IRPJ e CSLL a Restituir	400	286
INSS a compensar	1	-
Créditos de PIS	12	11
Créditos de COFINS	34	36
	<u>612</u>	<u>518</u>

A Sociedade possui créditos de imposto de renda retido na fonte sobre o rendimento das aplicações financeiras devido a sua base fiscal negativa. Anualmente a Sociedade prepara os pedidos de restituição, via Per-Dcomp, junto a Receita Federal do Brasil, solicitando a restituição dos créditos de imposto de renda que, em 31 de dezembro de 2024, totaliza R\$ 400 (2023 – R\$ 286).

Análises da administração, apoiada por seus consultores jurídicos, indicam que os referidos créditos serão recebidos, ao menos, pelo valor de face razão pela qual decidiu não constituir qualquer provisão de impairment em 31 de dezembro de 2024.

6. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

O valor de custo destes ativos é representado por:

	Terrenos	Edifício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>2.024</u>	<u>6.458</u>	<u>8.482</u>
Adições		918	918
Depreciação		(265)	(265)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.024</u>	<u>7.110</u>	<u>9.134</u>
Adições			
Depreciação		(281)	(281)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>2.024</u>	<u>6.829</u>	<u>8.853</u>

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edifício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.024	9.968	11.992
Custos total			
Depreciações acumuladas		-3.139	-3.139
Saldos total	2.024	6.829	8.853
	Terrenos	Edifício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.024	9.968	11.992
Custos total			
Depreciações acumuladas		-2.858	-2.858
Saldos total	2.024	7.110	9.134

A propriedade para investimento da Sociedade refere-se a 12% do 15º andar localizado na Rua Dr. Renato Paes de Barros.

Conforme facultado pelo CPC 28, a Sociedade decidiu avaliar seus imóveis para investimento ao custo histórico menos a provisão para perda por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo do terreno e edifício foi determinado em transações observáveis no mercado devido à sua natureza e à existência de dados comparáveis, o que resultou em um valor de R\$ 8.853.

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. IMOBILIZADO

A movimentação do custo do ativo imobilizado foi a seguinte:

	Terreno s	Edifício *	Móveis e Utensílio s	Equipamentos de Telecomunicações	Instalações	Computadore s e Periféricos	Obras em andament o	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	276	881	394	8	78	174	199	2.008
Adições		124			2	47		173
Baixas							-199	-199
Depreciação		-36	-62	-1	-12	-108		-219
Saldos em 31 de dezembro de 2023	276	969	332	7	68	113	0	1.763
Adições			25		34	76		135
Baixas								0
Depreciação		-38	-64	-1	-14	-64		-181
Saldos em 31 de dezembro de 2024	276	931	293	6	88	125	0	1.717

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terreno s	Edifício *	Móveis e Utensílio s	Equipamentos de Telecomunicações	Instalações	Computadores e Periféricos	Obras em andament o	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024								
Custo total	276	1359	958	188	718	1.202	0	4.701
Depreciação acumulada		-428	-666	-182	-632	-1.076		-2.984
Saldo total	276	931	292	6	86	126	0	1.717
Saldos em 31 de dezembro de 2023								
Custo total	276	1359	932	188	685	1126		4.566
Depreciação acumulada		-390	-602	-181	-617	-1.013		-2.803
Saldo total	276	969	330	7	68	113	0	1.763

(*) O valor residual de R\$ 931 em 31 de dezembro de 2024, corresponde a 12% do valor residual total do imóvel, objeto de arrendamento mercantil para terceiro e parte relacionada, o qual é utilizado pelos profissionais da Sociedade.

(**) Taxa conforme laudo de avaliação do edifício.

8. SALÁRIOS E ENCARGOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Participação nos Lucros e Resultados a pagar (*)	4.228	4.217
Salários e correspondentes encargos	<u>1.850</u>	<u>1.049</u>
	<u>6.078</u>	<u>5.266</u>

(*) Refere-se, substancialmente, à provisão para pagamento de Participação nos lucros e resultados, com base no cumprimento de metas estipuladas para os exercícios apresentados e aprovados pelos órgãos competentes de gestão da Sociedade em 31 de dezembro de 2024.

9. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de Renda Retido na fonte – Folha de pagamento	307	174
Outros impostos	<u>9</u>	<u>6</u>
	<u>316</u>	<u>180</u>

10. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a diversos processos de natureza tributária e fiscal apresentado pelo valor líquido. A provisão para riscos tributários observa critérios que envolvem tanto a natureza quanto as possibilidades de êxito dos litígios e está reconhecida nas demonstrações financeiras quando as possibilidades de perdas são avaliadas como prováveis, sendo a movimentação como segue:

	Provisão para riscos	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(27.735)	26.024	(1.712)
Atualização	(1.162)	1.113	(49)
Baixas	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(28.897)</u>	<u>27.137</u>	<u>(1.760)</u>
Atualização	(978)	936	(42)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(29.875)</u>	<u>28.073</u>	<u>(1.802)</u>

Perdas prováveis

Refere-se substancialmente a ação contra a Fazenda Nacional, objetivando que seja reconhecido o direito de não incidência do Imposto de Importação - IPI sobre a admissão temporária da aeronave adquirida no passado, cuja avaliação dos advogados segundo jurisprudências recentes, indica ser desfavorável ao contribuinte. Para fazer face à essa provisão, a Sociedade efetuou depósitos judiciais na totalidade do valor em discussão.

11. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$ 97.868 (2023 - R\$ 86.405), representado por 233.512.847.522 ações ordinárias e por 181.676.667.435 ações preferenciais (2023 – 82.763.379.503 ON e 64.391.210.734 PN), todas nominativas e sem valor.

Em 22 de março de 2024, os acionistas da Sociedade deliberaram pelo aumento de capital no valor de R\$ 970 mediante a emissão de 12.426.963.825 novas ações da Sociedade, sendo 6.989.231.675 ações ordinárias e 5.437.732.151 ações preferenciais. Foi constituída reserva de capital no montante de R\$ 6.536.

Em 05 de julho de 2024, os acionistas da Sociedade deliberaram pelo aumento de capital no valor de R\$ 2.092 mediante a emissão de 45.757.813.727 novas ações da Sociedade, sendo 25.735.325.644 ações ordinárias e 20.022.488.063 ações preferenciais. Foi constituída reserva de capital no montante de R\$ 5.303.

Em 21 de novembro de 2024, os acionistas da Sociedade deliberaram pelo aumento de capital no valor de R\$ 8.400 mediante a emissão de 209.850.147.167 novas ações da Sociedade, sendo 118.024.910.680 ações ordinárias e 91.825.236.487 ações preferenciais.

12. COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional bruta:		
Receita de consultoria	80	75
Locação de área Comum	66	62
Deduções - Impostos incidentes	<u>(11)</u>	<u>(11)</u>
	<u>135</u>	<u>126</u>

13. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	2024	2023
Despesas administrativas e tributárias:		
Despesas com pessoal	(19.222)	(11.941)
Manutenção de instalações	(8)	(28)
Prestadores de serviços (substancialmente advogados e consultorias)	(2.479)	(1.508)
Condomínio, aluguel, IPTU e seguros (parcela correspondente à Sociedade)	(965)	(946)
Viagens e estadias	(648)	(696)
Imposto sobre Operações Financeiras -	(57)	(166)

IOF sobre aumento de capital		
Outras despesas e receitas (depreciação, desp. inded. telefone, internet, energia, copa, lanches, correio, entre outros)	(7.165)	(24.913)
	<u>(30.544)</u>	<u>(40.198)</u>

(i) Despesas com o escritório como telefone, internet, energia, copa, lanches, correio, entre outros.

Classificados como:		
Gerais e administrativas	(30.006)	(39.519)
Tributárias	(108)	(214)
Depreciações e amortizações	(431)	(465)
Outras receitas	1	-
	<u>(30.544)</u>	<u>(40.198)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Rendimento de aplicações financeiras	617	707
Descontos obtidos	1	-
Outras variações monetárias	<u>25</u>	<u>14</u>
Total Receitas Financeiras	643	721
Outras despesas financeiras	<u>(2)</u>	<u>(3)</u>
Total Despesas Financeiras	<u>(2)</u>	<u>(3)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>641</u>	<u>718</u>

15. RESULTADO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as ações da Sociedade não possuem nenhum efeito dilutivo.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade	<u>(29.768)</u>	<u>(39.354)</u>
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	<u>415.189.515</u>	<u>147.154.590</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0.0001)</u>	<u>(0.0003)</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade são os seguintes:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em decorrência dos principais instrumentos financeiros estarem indexados a taxas de juros em mercados pós-fixados, a Administração da Sociedade entende que os valores se aproximam dos valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

b) Exposição a risco de taxa de juros

As aplicações financeiras da Sociedade são mantidas em operações com remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O risco inerente a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Os valores de mercado dessas operações não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

c) Concentração de risco de crédito

A Sociedade mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições de primeira linha aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

17. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Os administradores da Sociedade acumulam funções em outras companhias do grupo não havendo remuneração por serviços prestados dessa natureza pela Sociedade. Assim sendo, a Sociedade não pagou honorários a administradores no exercício de 2024 e de 2023.
